

A transição energética nos emergentes¹

Clarissa Lins²

A cada mês quebramos recordes de aumento de temperatura. Os eventos climáticos extremos estão presentes no nosso dia a dia, na seca que assola a Amazônia, nas enchentes do Rio Grande do Sul e nos incêndios que dizimam florestas, animais e paisagens. Não restam dúvidas de que é prioritário agir sobre o maior desafio enfrentado pela sociedade global: a mudança do clima.

No mundo, a forma como produzimos e consumimos energia responde por mais de 70% do total de emissões de gases de efeito estufa (GEE), basicamente porque as fontes fósseis representam 80% da energia. Assim, discutir clima significa repensar oferta e demanda por energia. Ainda que os países tenham diferentes perfis de emissões, como no caso do Brasil, há um consenso global quanto à necessidade de migrarmos de maneira ordenada da dependência de um sistema fóssil para um sistema energético seguro e de menor intensidade de carbono. Além de políticas públicas e mecanismos de mercado, a alocação de recursos para o financiamento da transição energética é um elemento crucial.

Em 2023, o mundo investiu cerca de US\$ 1,8 trilhão em energia limpa, de acordo com os dados da Agência Internacional de Energia (AIE). Deste total, apenas 16% foram direcionados para países emergentes e em desenvolvimento - excluindo a China -, ainda que estes representem 1/3 do PIB global e quase 70% da população mundial. Mesmo entre os países em desenvolvimento, a distribuição não é igualitária, sendo Brasil e Índia os maiores beneficiários de tais recursos.

Por outro lado, a própria AIE aponta para a necessidade de aumentar em seis vezes o volume de recursos a serem investidos em energia limpa nos países emergentes e em desenvolvimento, se desejarmos nos alinhar a um cenário que alcance a neutralidade de emissões até 2050.

¹ Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/a-transicao-energetica-nos-emergentes.ghtml>

Acessado em 09.09.2024

² Economista, formada pela PUC-Rio com mestrado na mesma instituição, é sócia fundadora da Catavento Consultoria.

Se hoje 50% dos investimentos são financiados por instituições públicas em países emergentes (versus apenas 20% em economias desenvolvidas), o novo sistema energético deve ser majoritariamente viabilizado atraindo recursos privados.

Estes foram os pontos de consenso de um debate organizado pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), em colaboração com a Catavento Consultoria, como contribuição aos trabalhos do Grupo de Transições Energéticas do G20. Consensado o diagnóstico, vamos às recomendações.

As principais barreiras à atração de investimentos em economias emergentes são o alto custo de capital - que pode ser o dobro daquele de países desenvolvidos -, a falta de clareza quanto ao arcabouço regulatório setorial e a instabilidade do ambiente de negócios. Fatores macroeconômicos explicam grande parte da percepção de risco país, a qual impacta diretamente o custo de capital. Por outro lado, os prêmios de risco específicos ao projeto ou ao setor respondem por apenas 20% a 30% do custo de capital em países emergentes. Assim, faz-se mister encontrar formas legítimas e duradouras, não artificiais, de reduzir o custo de capital para projetos de baixo carbono em economias emergentes.

Uma primeira forma é atrair maior volume de capital, tanto por meio de mecanismos inovadores quanto pela alavancagem de recursos de instituições multilaterais. Ferramentas capazes de reduzir o custo do hedge cambial, melhorar a qualidade de garantias ou colaterais, ou ainda promover a captação por meio de títulos verdes são citadas como formas inovadoras de melhorar as condições de financiamento de investimentos em baixo carbono.

Custo de capital, falta de clareza regulatória e instabilidade são principais barreiras aos investimentos

Devem ser complementados, todavia, por recursos de equity, ou capital diretamente investido, de forma a demonstrar que investidores domésticos estão comprometidos com a transição energética. Assim, mercados de capitais robustos, com boas práticas de governança, são considerados essenciais para atrair investidores institucionais - tradicionalmente com maior disponibilidade de recursos - e fundos focados em energia limpa.

Por fim, instituições multilaterais de desenvolvimento, tais como o Banco Mundial e o BID, têm relevante papel nesta jornada, seja pela capacidade de alocar recursos em diversos países, seja pelo papel catalítico que podem exercer junto a demais financiadores e investidores, reduzindo a percepção de risco de projetos de baixo carbono. Utilizar estratégias de blended finance, mesclando recursos públicos, de fomento ou filantrópicos com o capital privado, além de trabalhar em uma abordagem de portfólio de projetos, são também formas de aumentar o volume de investimentos em emergentes, oferecendo custos e prazo mais atraentes.

Uma segunda área crítica de atuação requer aprimorar o ambiente de negócios em cada país. Garantir um contexto regulatório claro, previsível e estável, com respeito aos contratos, é absolutamente chave para destravar decisões de investimento. Isto exige disciplina, consistência, políticas de Estado e visão de longo prazo, ingredientes nem sempre garantidos.

Por um lado, é fundamental manter as regulações existentes atualizadas com a evolução do contexto da transição, incluindo suas implicações em termos de licenciamento ambiental para novos empreendimentos, bem como a modernização do setor de modo a acolher fontes intermitentes de energia. Por outro lado, também é crucial desenvolver arcabouços regulatórios e taxonomias a serem aplicados às novas tecnologias de descarbonização, tais como captura de carbono e hidrogênio.

Como há uma disputa global por recursos, é evidente que os países que conseguirem avançar mais rápido posicionam-se melhor. Esta é uma agenda em desenvolvimento, na qual países emergentes devem ser vocais de modo a garantir sua inserção em cadeias globais.

Por fim, a terceira e última recomendação diz respeito à oportunidade de criar um espaço de maior colaboração e cooperação entre os diversos atores envolvidos - governos, setor privado, financiadores e investidores. Plataformas que disponibilizem conhecimento e deem visibilidade a projetos financiáveis e escaláveis, podem facilitar de maneira substancial a acelerar a transição.

Mãos à obra, pois temos muito dever de casa a fazer. O clima não pode mais esperar.